

ESPAÇO PÚBLICO E POLÍTICA EM HANNAH ARENDT¹.

Benedito Carlos dos Santos Mesquita²

Ricardo George de Araújo Silva³

Resumo: O presente texto se propõe a discutir as categoria de espaço público e política a luz da teoria de Hannah Arendt. Nossa pretensão recai em destacar a importância da política frente ao desinteresse a crise que a dimensão pública hodierna. Para tanto tomaremos como base o texto de Arendt: A condição humana [1958]. Elegemos como metodologia a exegese textual.

Palavras chaves: Política, Espaço público, Hannah Arendt.

Abstract: This text aims to discuss the categories of public and political space in the light of Hannah Arendt's theory. Our intention is to highlight the importance of politics in view of the lack of interest in the crisis that the public dimension today has. To this end, we will take as a basis Arendt's text: The human condition [1958]. We chose textual exegesis as a methodology.

Keywords: Politics, Public space, Hannah Arendt.

¹ Esse texto é fruto de pesquisa realizada no Grupo de Estudo em política, educação e ética GEPEDE/UVA/CNPQ e no Laboratório de Estudos da Política – LEPOL/UVA.

² Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Sobral – CE.

³ Doutor em Filosofia – (UFC). Professor da Graduação e do mestrado acadêmico em Filosofia da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA. Professor colaborador do mestrado profissional em filosofia da Universidade Federal do Ceará – UFC [PROF-FILO – UFC]. Coordenador do grupo de Pesquisa em Política, Educação e Ética – GEPEDE/UVA/CNPQ. Coordenador do Laboratório de Estudos da Política – LEPOL /UVA.

A Condição Humana

Pensar o sentido da política nos dias hoje é pensar como estamos atuando no espaço público. É nesse espaço que garantimos a nossa existência, enquanto seres políticos, ao sermos vistos e ouvidos. A experiência moderna tem revelado sistemática afrontas a esse espaço. Ora, ele é negado por grupos autoritários. Ora, por indivíduos atomizados, que não enxergando a importância do debate político, o abandona a sorte de oportunistas.

Ao nosso entendimento, se faz necessário voltar a essa discussão a respeito da política e do espaço público. Para nossas intenções aqui nos apoiaremos no pensamento de Hannah Arendt, para tanto tomaremos como *corpus* central da discussão obra *A Condição Humana* [1958], no qual a autora realiza uma análise minuciosa sobre o tema da política e do espaço público. Neste texto, nossa autora, estabelece uma fronteira entre natureza humana e condição humana, a primeira não lhe interessa a segunda é seu foco. “a condição humana não é o mesmo que a natureza humana, e a soma total das atividades e capacidades humanas que correspondem à condição humana não constituem algo equivalente à natureza humana” (ARENDRT, 2014, p.12).

Nesta trilha, ela designa três atividades fundamentais que correspondem o processo da *vita activa*, a saber: o trabalho (a manutenção da vida), a obra (fabricação do mundo) e a ação (vida pública e política).

É necessário compreender o sentido de cada uma dessas atividades que será abordado dentro do aspecto da condição humana. O trabalho é atividade que corresponde o processo biológico da vida humana que está ligada às suas necessidades vitais que são produzidas em vista da manutenção da vida. A obra é a atividade que corresponde ao artificialismo da existência humana, ou seja, na fabricação de um mundo artificial e diferente a qualquer ambiente natural.

O trabalho é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e resultante declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas e fornecidas ao processo vital pelo o trabalho. A obra é a atividade correspondente à não- naturalidade [*unnaturalness*] da existência humana, que não está engastada no sempre-recorrente [*ever- recurrent*] ciclo vital da espécie e cuja mortalidade não é compensada por este último. A obra proporciona um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural (ARENDRT, 2014, p.9).

Por último, a ação. Esta atividade ocorre entre os homens, não necessitando de mediação. A ação corresponde à pluralidade humana. Dito de outra forma tem na pluralidade sua condição humana. Nas palavras de Arendt:

A ação, única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, mas os homens vivem na Terra e habitam o mundo. (ARENDDT, 2014, p.9). Assim, todos os aspectos da condição humana se entrelaçam em relação à política por meio da pluralidade, e com isso, os homens constroem um laço de relação com os demais semelhantes.

Essa pluralidade dá condição para vivência do espaço público, no diálogo entre os outros é que confere a *doxa*⁴ um estatuto de legitimidade em vista do filtro plural que ela se submete. Nesta direção, afastamos o risco de uma verdade absoluta e prontamente centrada em algum iluminado, e nos aproximamos da deliberação pública. Desse modo, entendemos que a opinião estabelece um melhor sentido da política, pois a verdade por ela anunciada é obtida via deliberação em meio a pluralidade.

Quando a *doxa* emerge no espaço de debate, via deliberação plural, temos um mínimo de garantia para evitar erros, ou a segurança, ainda que não plena, de nos fiarmos a sombra de autoritarismos personalistas. Nesta pista, a pluralidade surge como condição da ação política e da singularidade de cada um que não pode ser anulada, mas caminha em direção a uma harmonia com a pluralidade.

Portanto, a pluralidade se dar na “condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá”. (ARENDDT, 2014, p.10). Essas três atividades na sua plena condição estão relacionadas com a condição geral da existência humana, do nascimento até a morte. Desse modo, a *doxa* parte de cada indivíduo e só pode ser vivida dentro da esfera pública.

O trabalho assegura, não somente a sobrevivência do homem, mas a vida de toda a espécie. A obra feita pelas mãos dos homens confere uma medida de permanência e durabilidade da vida mortal, que consiste em o homem construir o mundo de acordo com sua necessidade. A ação nasce no desempenho do homem nos assuntos políticos. Assim temos que o homem com sua ação funda e preserva o corpo político. Desse modo, Hannah Arendt nos mostra que o trabalho, obra e, sobretudo a ação, estão enraizadas na natalidade⁵, isto é, têm a tarefa de prover e preservar o mundo para aqueles recém-chegados.

[...] Das três atividades, a ação tem a relação mais estreita com a condição humana da natalidade; o novo começo inerente ao nascimento pode fazer-se

⁴*Doxa* é termo grego que quer dizer opinião.

⁵O conceito de natalidade para Hannah Arendt acontece por meio do nascimento e através do nascimento possibilita o homem a fazer algo novo no campo da política por meio do espaço público. Portanto, o homem ao nascer é inserido dentro da comunidade, agora cabe o homem se manifesta nesse espaço que foi inserido.

sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir. (ARENDR, 2014, p.11)

A natalidade é para Arendt a certeza de que o mundo tem um início e nela se assenta sua continuidade, ou seja, a capacidade de iniciar algo novo encontra guarida no binômio ação – natalidade. Nas palavras de Arendt: “A ação é a atividade política por excelência, a natalidade, e não mortalidade pode ser a categoria central do pensamento político, em contraposição ao pensamento metafísico” (ARENDR, 2014, p.11).

Arendt com isto que nos chama a atenção para o fato de que a política se inscreve na vida eventual e cotidiana. Nada tem a ver com essência ou metafísica. Dito de outra forma, a política se inscreve nos negócios humanos, em suas contingências e a partir de sua localização e determinação histórica. Tem, portanto, a política e o espaço público, mas a ver com vida ativa do que com a contemplação de conceitos últimos, postura de significativa parte da tradição filosófica ocidental. Assim, temos que se é possível pensar a política está se dá em plena *vita activa*, por corresponder aos feitos humanos.

A *vita activa* e a manifestação pública dos negócios humanos.

O termo *vita activa* usado pela autora é carregado por uma tradição filosófica trazido desde os antigos. Arendt esclarece que esse termo foi utilizado na filosofia medieval. Arendt lê o termo sob a luz de Aristóteles, isto é, como um *bios politikos*. Em Agostinho, o sentido emerge como *vita negotiosa* ou *actuosa*, de todo modo refletia seu próprio sentido original ao ser dedicada aos assuntos públicos - políticos (Cf, ARENDR, 2014, p.15). A autora utiliza-se do pensamento de Aristóteles para narrar como se desenvolve a *vita activa*.

Aristóteles distingue três modos de vida em que o homem pudesse escolher livremente, que são: ter uma vida de gozo dos prazeres do corpo, ter uma vida dedicada a *pólis* e por fim ter uma vida de filósofo, ou seja, viver na contemplação das coisas eternas. Mas,

A principal diferença entre o emprego aristotélico e o posterior emprego medieval do termo é que o *biospolitikos* denotava explicitamente somente o domínio dos assuntos humanos, com ênfase na ação, *práxis*, necessária para estabelecê-lo e mantê-lo. (ARENDR, 2014, p.16).

Em outras palavras, o trabalho e a obra eram vistos como algo digno de construir o *bios*, mas somente a ação poderia construir o *bios-politikos* assim pensado por Aristóteles. Com o tempo esse sentido foi perdendo-se e esse processo se deu como desaparecimento da antiga cidade-estado, houve uma perda do sentido da *vita activa*. Assim, a *vita activa* perdeu

todo o seu significado no âmbito da política e passou a mostrar outro tipo de engajamento nas coisas deste mundo.

É claro que isso não queira dizer que a obra e o trabalho tinham ascendido na hierarquia das atividades humanas e eram agora tão dignos quanto à vida dedicada à política. De fato, o oposto era verdadeiro: a ação passara a ser vista como uma das necessidades da vida terrena, de modo que a contemplação (o *biostheoretikos*, traduzido como *vita contemplativa*) era agora o único modo de vida realmente livre (ARENDDT, 2014, p.17)

Com a perda de significado da vida ativa a contemplação se sobressai a qualquer outro tipo de atividade, até mesmo a ação. O que importa a partir desse momento é o alcance pleno do conceito perfeito. O grande problema disso foi ter deixado o mundo expresso na política e nos negócios humanos de fora, ou como situações de segunda ordem, ou de menor importância. Nessa lógica, a *theoria*, ou contemplação é a designação da expressão do eterno, dada em contraposição com outras atitudes que podem ser vista como menores. A *vita activa* se dar por meio da atividade humana que ocorre no dia a dia.

Portanto, a *vita activa* é a expressão da vida humana que é desempenhada quando estamos enraizados no mundo dos homens, em outras palavras, feito pelos. Nenhuma vida humana ou até mesma a vida de eremita em meio à natureza selvagem é possível sem um mundo que não tenha presença dos outros seres humanos. Por mais que possamos querer se isolar dos contatos humanos, não teríamos tanto êxito, por que de forma indireta ou diretamente teremos presença do outro e sentiremos a necessidade de falar. Consequentemente, se a condição humana se dá por meio dessas atividades então se faz necessário que exista um espaço de convívio para que estes indivíduos possam ter a interação com os demais.

A autora compreende que o espaço político é o espaço público onde os homens se reúnem e deliberam todas suas ações e discursos acerca da vida comum. Ela define o termo público em dois sentidos. O primeiro tem o caráter da aparência onde o indivíduo pode aparecer nesse espaço para deliberar os assuntos políticos, e o segundo se dá na forma o que é comum para todos, onde emerge as realizações do *homo faber*.

O primeiro termo mostra que o público é o lugar do convívio, ou seja, tudo que vem ao público é acessível a todos, melhor dizendo, “tudo o que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (ARENDDT, 2014, p. 61). Neste espaço podemos divulgar o nosso pensamento e nossa história através da fala e a partir desse

fenômeno vem á tona a aparência. É nesse local que nós compartilhamos a realidade do mundo e mostramos quem somos nós. Ser visto e ouvido, ver e ouvir dentro do espaço público são os requisitos fundamentais para uma realidade pública.

O espaço público é palco para a aparência. Essa aparência se constitui em uma realidade de visibilidades. Situação negada nos regimes totalitários que suplantaram toda forma de organização e a existência fática dos indivíduos. O regime do terror destruiu tanto o espaço público como a dimensão privada do existir. Destruiu o mundo e suas relações. Consoante Silva:

Não basta para o terror totalitário esvaziar a esfera política que lhe faça oposição, pois o mesmo visa o domínio sobre a totalidade do tecido social, penetrando e destruindo aquilo que é da ordem das relações privadas, do âmbito do íntimo negando o caráter autônomo de quaisquer atividades que se dêem aí. (SILVA, 2017, p.06).

Para Arendt, na presença dos outros que vêem o que vemos e ouve o que ouvimos garantimos a realidade do mundo e de nós mesmo (ARENDDT, 2014, p. 62). De tal forma, que o público não é somente o aparecer em si, mas o local que possa ser comunicado e debatido opiniões sobre a política. Arendt entende que a esfera pública é o lugar da manifestação dos homens e das mulheres. Cabe ainda ressaltar que para Arendt o privado tem sua importância e não significa que por não ser político não tem validade alguma, ao contrário disso, a pensadora nos lembra que o fato de não ser político não implica que as questões privadas não sejam relevantes, apenas não são políticas.

É claro que isso não significa que as questões privadas sejam geralmente irrelevantes; pelo contrário, veremos que existem assuntos muito relevantes que só podem sobreviver no domínio privado. O amor, por exemplo, em contraposição à amizade, morreu ou, antes, se extingue assim que é trazido a público. (ARENDDT, 2014, p. 63)

O segundo sentido do termo “público” pode ser ligado ao próprio mundo onde se vive. Esse mundo é comum para todos e diferente para todos no lugar que possuímos. Esse mundo mencionado não é o planeta terra ou a própria natureza. Mas trata-se do espaço de interesse do estar entre. Mundo é, para a autora, é um estar entre (*in-between*), de modo que ela destaca que “a despeito de toda sua intangibilidade, o espaço entre é tão real quanto o mundo das coisas que visivelmente temos em comum. Damos a essa realidade o nome de teia de relações indicando pela metáfora sua qualidade de certo modo intangível” (ARENDDT, 2014, p. 227).

Esse mundo comum é espaço onde nos reunimos na companhia uns dos outros e compartilhamos aquilo que parece ser igual a todos. Isso “tem a ver com o artefato humano,

com o que é fabricado pelas mãos humanas, assim como os negócios realizados entre os que habitam o mundo feito pelo homem” (ARENDDT, 2014, p. 64). Ou melhor, produto feito da obra humana para durar, isso antecede o nosso nascimento e permanece quando morremos.

O homem por necessidade cria um mundo imortal, sem pensar em si, mas cria para um fim e a partir disso se imortaliza nesse mundo no processo de imortalidade⁶. Essa imortalidade “significa permanência no tempo, uma vez que a natureza de uma coisa é o poder próprio de realização dela e este poder está sempre vigente no que a coisa já é” (NETO, 2013, p.103).

A autora se preocupa com esse aspecto da imortalidade que é necessário para a existência da esfera pública. A mesma faz um recorte histórico que na Grécia os homens ingressavam na vida pública por desejarem algo que permanecesse no meio dos homens que fosse comum a todos. Entretanto, uma das coisas que poderia privar o homem de ingressar na esfera pública era a desgraça da escravidão que privava a liberdade do indivíduo, este jamais será apresentado ao mundo com forma de aparência e de ser visto e ouvido e ao morrer será esquecido e apagado na história. Outra era a busca por verdades eternas, pela contemplação perene e, portanto pelo sublime céu dos conceitos metafísicos. Em última instância para Arendt onde reinou a metafísica o mundo comum se esvaziou, por isso ela assevera:

Talvez a mais clara evidência do desaparecimento do domínio público na era moderna seja a quase completa perda de uma autêntica preocupação com a imortalidade, perda está eclipsada pela perda simultânea da preocupação metafísica com a eternidade (ARENDDT, 2014, p. 68).

A era moderna com ascensão da esfera social, a aparência no domínio público já não se torna motivo de permanência, de durabilidade e de imortalidade, contudo, tornava-se apenas uma admiração movida pelo os *status* social. Arendt afirma que:

A admiração pública é também algo a ser usado e consumido, e o *status*, como diríamos hoje, satisfaz uma necessidade como o alimento satisfaz outra: a admiração pública é consumida pela vaidade individual da mesma forma como o alimento é consumido pela fome (ARENDDT, 2014, p. 69).

O desejo de se imortalizar nesse mundo comum é deixado de lado e se torna um desejo pelo *status*. Em outras palavras a felicidade pública é suplantada pelo interesse individualista, egoísta, que em nada representa a perspectiva de permanência e memória de feitos públicos realizados para o bem do agora e de futuras gerações.

⁶Imortalidade para Hannah Arendt é uma continuidade do homem no tempo através das obras que realizou em vida. Todavia, esses feitos foram vistos mediante ao espaço público e com isso deixou marcas para aqueles que virão através do nascimento e que darão continuidade a esses feitos.

O mundo que Hannah Arendt nos apresenta tem na *pólis* seu paradigma sem viver uma nostalgia, mas tomando-o como ponto de partida para uma visada no modos de agir atual. É neste lugar onde os indivíduos se encontram para deliberar assuntos públicos e para convívio com os demais que a experiência da vida comum e politicamente estabelecida alcança seu ápice.

Desta forma, “o mundo é aqui o espaço público que torna os homens capazes de aparecer, de ver e de serem vistos, de ouvir e de serem ouvidos; esse mundo artificial criado pelo homem tem como prerrogativa ser ele próprio também um espaço de aparência” (DIAS, 2014, p. 64). O mundo na qual autora nos fala é o mundo enquanto convívio humana, “embora não idêntico ao mundo fenomênico-natural, não prescinde da qualidade de aparência” (DIAS, 2014, p. 64).

O termo comum nos traz uma noção de que não é um espaço privado ou que pertence alguém, mas é um espaço de uso da pluralidade de indivíduos. É um espaço que é compartilhado para demais pessoas que se encontra.

A metáfora da mesa apresentada pela autora nos faz refletir que este *espaço-entre* é o momento em que estamos interligados com o outro, a mesa nos uni para debater os assuntos que é nos apresentado, mas também, é o local que nos separa e sem tomar o lugar do outro. Embora que estejamos presentes nesse espaço de debate ainda assim estamos distantes do contato com o outro, apesar, de ser um espaço que nos uni e que ao mesmo tempo nos distancia, para não recairmos sobre o outro nesse espaço, ou seja, tirar a liberdade do outro de se colocar nesse espaço. Dias nos diz que:

O espaço-entre é uma região comum àqueles que se posicionam de modo a serem vistos e ouvidos por todos os outros, isto é, cada um torna-se um ator que surge em cena frente a espectadores, mas na mesma medida em que aparece, ele também capta a aparência daqueles que compartilham com ele aquele espaço, podendo também se configurar como espectador (DIAS, 2014, p. 64)

Outro aspecto que Hannah Arendt aborda no seu texto ainda sobre o mundo comum, é a mundanidade. Mundanidade na autora é o pressuposto que durará para além da geração que a constituiu, ou seja, pelo artefato humano. É um espaço onde o homem não se torna imortal, mas, é um espaço onde o mesmo busca um espaço de sobrevivência, pode ser pelo produto da obra para manter-se vivo, isto é, uma preocupação *laborante*. Com isso,

Não assume aspecto público e político, não se dá enquanto espaço de aparência e muito menos como espaço no qual lhe é possível tornar-se imortal; ele engendra um dos aspectos mais originário do espaço privado: a

privatividade, que significa aqui senão a incapacidade de aparecer e de constituir um mundo comum (DIAS, 2014, p.65).

A *mundanidade* tem a noção de realidade que se revela na permanência de ser visto, em uma pluralidade de homens que possa garantir a sua existência. Assim, a existência dentro do domínio público é a transformação do mundo dentro da comunidade que se encontra, nessa comunidade é onde os homens estão reunidos e que estabelece uma relação de permanência entre uns com os outros. “O mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para que estejam vivos, mas tem de transcender a duração da vida de homens mortais” (ARENDDT, 2014, p. 67).

Desse modo, o mundo não pode ser considerado um espaço somente da obra ou um simples meio de fabricação para criar um mundo comum. A obra tem o seu papel importante para criar o espaço onde o homem possa abrigar no mundo, um local que não é comum para todos, mas, que possa prevalecer a sua privacidade. Assim, a permanência gerada pela obra se torna um aspecto diferente que nos coloca em dois âmbitos: um na esfera privada e outro na esfera pública.

Vale ressaltar que a privacidade para Hannah Arendt não tem um significado negativo da existência humana, pelo contrário, se faz necessário. O perigo está em abdicar do espaço público e se esconder dentro da esfera privada, deixado de lado os assuntos públicos, assim se faz necessário adentrarmos na nossa particularidade, mas não é condição necessária. O que faz o mundo se tornar comum é a sua pluralidade, transformando o mundo em um espaço de aparência.

Espaços do discurso e da ação

O espaço público para a Arendt é uma via de acesso a pluralidade, ou seja, onde se concentra o alicerce na construção da política. Neste espaço tem alguns aspectos que podemos perceber que autora define o espaço público como um lugar do discurso e da ação. Ela nos mostra que:

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto da igualdade e da distinção. Se não fossem iguais, os não poderiam compreender uns aos outros e os que vieram antes deles, nem fazer planos para o futuro, nem prever as necessidades daqueles que virão depois deles. Se não fossem distintos, sendo cada ser humano distinto de qualquer outro que é, foi ou será, não precisariam do discurso nem da ação para se fazerem compreender (ARENDDT, 2014, p.217)

A pluralidade humana se encontra em duas dimensões: o agir e o discursar e isso nos faz diferentes dos outros. Se todos os homens fossem iguais não teríamos necessidade do

discurso e nem da ação, portanto, a pluralidade nasce quando o homem percebe o outro que está ao seu lado. Nesse meio singular o homem compartilha tudo que existe, tudo o que viveu, tornando mais próximo para com o outro e assim o homem se torna diferente de outros seres, é por essas causas que a pluralidade humana nos torna único.

A pluralidade, tida como uma condição humana básica à vida na *polis*, na qual o diálogo entre iguais dá expressão às perspectivas individuais em um mundo comum, confere a *doxa* um estatuto de opinião cuja formulação necessariamente se daria no domínio público. A *doxa* de cada indivíduo só adquire realidade na esfera pública (ASSY, 2001, p.90).

Essa pluralidade humana nasce do fruto da ação e do discurso que nos revela como uma única via. Os homens convivem juntos no mesmo espaço, são seres completamente diferentes um dos outros. É nesse diferencial que podemos discutir e ter uma concepção a respeito da política, não criando uma verdade absoluta dentro da política, mas criar uma construção de opinião que possa nos garantir a liberdade dentro do espaço público e assumir com responsabilidade através da pluralidade. “A pluralidade humana é garantida pela interação e troca de opiniões dos indivíduos singulares; a pluralidade é a interação da diversidade de perspectivas e percepções de todos os indivíduos” (MÜLLER, 2013, p.185).

Portanto, o espaço público é o lugar da ação dos indivíduos, na qual podemos participar da política a partir do outro, apesar de serem pessoas diferentes em suas *doxa* e nesse espaço nos possibilita o acesso da escuta do outro e a troca de experiência com o outro. “O espaço público é, por tudo o que já foi apresentado, o local político do outro, ou seja, não é possível conceber o espaço público sem imaginar a visão, o testemunho e a opinião do outro” (SILVA, 2013, p.96).

Consequentemente, o discurso e a ação nos revelam como única distinção. “Ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos aparecem uns para os outros, certamente não como objetos físicos, mas *qua* homens” (ARENDDT, 2014, p. 218). Desta maneira, uma vida sem discurso e sem ação se torna uma verdadeira negação do indivíduo no aparecimento do espaço público, é com as palavras e atos que nós adentramos nesse mundo, com uma espécie de segundo nascimento, onde ali nos afirmamos e assumimos o nosso aparecimento nesse espaço.

Ela pode ser estimulada pela presença de outro a cuja companhia possamos desejar nos juntar, mas nunca é condicionado por eles; seu impulso surge do começo que veio ao mundo quando nascemos e ao qual respondemos quando começamos algo novo por nossa própria iniciativa (ARENDDT, 2014, p.219).

Considerações finais

Por fim, entendemos que ao pensarmos a política não podemos perder de vista o espaço público. Se considerarmos tais categorias a luz de Arendt só o podemos fazer considerando o mundo como palco de desenvolvimento das mesmas. Assim, *práxis* e *lexis* não são situações que podem ocorrer sem considerar o mundo. Falar e agir em comunidade implica um mundo para acontecer.

O discurso e ação mostram os homens como eles são e revela suas identidades pessoais por meio da singularidade. No discurso e na ação os homens podem ser revelados como são e como são capazes. Todavia, “essa revelação de “quem”, em contraposição à “o que” alguém é – os dons, qualidades, talentos e defeitos que se podem exhibir ou ocultar, está implícita em tudo o que esse alguém diz ou faz” (ARENDDT, 2014, p.222).

O espaço público é assim, o espaço político por excelência. Nesse sentido, a pluralidade implica deliberação constante. Isto é, nenhuma decisão pode ser arbitrária ou unilateral. Sendo assim, temos que a polifonia de vozes que emergem no espaço público, desde que visem a felicidade pública em detrimento dos egoísmos, garante a vitalidade da política e a permanência do espaço público, como espaço de aparição.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 12ª edição. 2014.

NETO, Rodrigo Ribeiro Alves. **Obras, feitos e palavras: o caráter não-natural da condição humana**. In: Argumentos Revista de Filosofia – ano 5 n. 9. p. 97-119. Fortaleza, jan/jun. 2013. Revista do programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará - UFC.

DIAS, Lucas Barreto. **O conceito de aparência em Hannah Arendt: do desmantelamento da metafísica à dignidade da política**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará - UFC. FORTALEZA, p.68-79, 2014.

ASSY, Bethânia. **Hannah Arendt: do mal político à ética da responsabilidade pessoal**. In: Origens do Totalitarismo: 50 anos depois. Org. Odílio Alves Aguiar Et. al. Ed. RelumêDumará. Rio de Janeiro. 2001.

MÜLLER, Maria Cristina. **Pluralidade de vozes: a garantia da dignidade humana**. In: Argumentos Revista de Filosofia – ano 5 n. 9. p. 182 – 195. Fortaleza, jan/jun. 2013. Revista do programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará - UFC.

SILVA, Ricardo George de A. **O espaço público como locus do original da política**. Filosofia Política: Emancipação e Espaço Público, Curitiba, Juruá Editora, 2013.

_____. **Totalitarismo: massas que não julgam, governos que matam**. In: Revista Dialogando. V. 02. Nº 04. De Jul/dez de 2017. p.1-11. Acessado em novembro de 2019. www.revistadialogando.com.br.